

“Para a FENPROF, os professores, tanto do público, como do privado, são Professores e, como tal, **a todos deverão ser garantidas as mesmas condições de trabalho, designadamente ao nível dos horários, e as carreiras e salários deverão também ser equivalentes.**”

“Esta Recomendação foi votada em sessão plenária do CNE no passado dia 8 de junho e só não foi aprovada por unanimidade porque o representante da AEEP, Rodrigo Queirós e Melo, se absteve. Esta opção de voto, sendo legítima, é, no entanto, reveladora da posição das entidades patronais de colégios em relação aos professores que ali exercem a sua atividade. Para elas, os profissionais docentes não passam de instrumentos que usam para a obtenção dos seus elevados lucros.”

AOS PROFESSORES DO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO

Sobre a Recomendação “A condição docente e as políticas educativas”

Colegas,

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou uma importante Recomendação sobre “A condição docente e as políticas educativas”, que pode ser consultada online, em http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Recomendacao_Condicao_Docente_final.pdf.

Esta Recomendação, foi construída no âmbito da 5.^a Comissão Especializada, coordenada pela Dr.^a Maria da Conceição Castro Ramos, e aborda alguns dos problemas que os professores mais sentem, desde logo:

- o **elevado desgaste físico e psicológico** provocado pelo exercício continuado da profissão docente;
- a **multiplicidade de tarefas** que aos professores estão atribuídas desviando-os do essencial, que é o trabalho com os seus alunos;
- a **necessidade de reduzir as tarefas burocráticas** que aos docentes estão cometidas;
- a **garantia de carreiras profissionais valorizadas e de horários de trabalho menos violentos e compensados por reduções horárias** por antiguidade, de forma a compensar o desgaste dos profissionais.

Esta Recomendação, obviamente, **não distingue professores de escolas públicas ou de estabelecimentos particulares e cooperativos porque, sendo todos professores, a todos se dirige o documento aprovado.** Essa foi a intenção da sua elaboração, tendo a FENPROF, que participou na comissão que propôs a Recomendação, tido uma intervenção relevante na sua redação, sempre com essa preocupação.

Como é bem sabido, com o objetivo de garantir lucros elevados, **as entidades empregadoras privadas, através da sua associação e em convergência com organizações sindicais da UGT, impuseram normas muito mais gravosas aos professores** – horários de trabalho mais carregados, carreiras menos valorizadas, salários mais baixos, para além de todos os procedimentos que os professores sabem que, mesmo à margem das leis e da convenção setorial, lhes são impostos –, tendo a FENPROF recusado assinar tal convenção, pois, verdadeiramente, é ela que tem estado, de então para cá, na origem de despedimentos, de reduções salariais e de outras medidas que são inaceitáveis.

Esta Recomendação foi votada em sessão plenária do CNE no passado dia 8 de junho e só não foi aprovada por unanimidade porque o representante da AEEP, Rodrigo Queirós e Melo, se absteve. Esta opção de voto, sendo legítima, é, no entanto, reveladora da posição das entidades patronais de colégios em relação aos professores que ali exercem a sua atividade. **Para elas, os profissionais docentes não passam de instrumentos** que usam para a obtenção dos seus elevados lucros. Para a FENPROF, os professores, tanto do público, como do privado, são Professores e, como tal, a todos deverão ser garantidas as mesmas condições de trabalho, designadamente ao nível dos horários, e as carreiras e salários deverão também ser equivalentes.

A FENPROF bater-se-á por isso e, no processo de aprovação de um novo CCT que abranja estabelecimentos do ensino particular e cooperativo, sejam ou não escolas profissionais, a FENPROF defenderá essa posição. No dia 1 de julho, haverá uma primeira reunião entre a FENPROF e o CNEF (AEEP + ANESPO) para iniciar essa negociação. Apelamos a todos os docentes associados dos Sindicatos de Professores que integram a FENPROF que estejam atentos e acompanhem esta negociação.

28.06.2016 | O Secretariado Nacional

